

QUEIMADAS ‘DO AMOR’

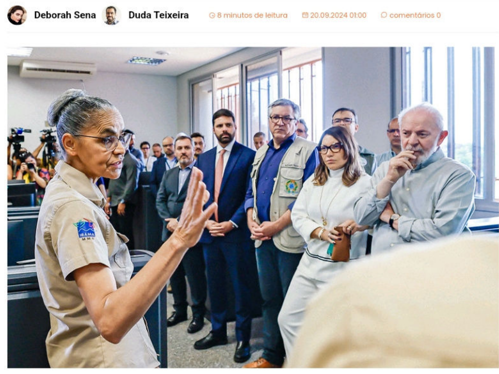
A incompetência do governo Lula em apagar o fogo que devasta o Brasil

Queimadas ‘do amor’

A incompetência do governo Lula em apagar o fogo que devasta o Brasil

Deborah Sena Duda Teixeira

8 minutos de leitura 20.09.2024 01:00 comentários 0



Marina Silva, Lula e Janja debatem queimadas no Brasil. Foto: Ricardo Stuckert

Os brasileiros reaprenderam uma lição com as fumaças das queimadas que tomaram quase todo o território nacional nos últimos dias. O país não está preparando para enfrentar as mudanças climáticas e, quando elas se materializam, seja em enchentes no Rio Grande do Sul ou em incêndios no Centro-Oeste, Norte e no Sudeste, a população fica totalmente desprotegida, sujeita a um governo que não sabe o que fazer, toma medidas apressadas e, pior de tudo, tenta se aproveitar da situação para fins políticos.

Quando Lula começava sua campanha para a Presidência, os petistas criticavam o *“**negacionismo climático**”* do então presidente Jair Bolsonaro, visto como o grande promotor do desmatamento na Amazônia. Em 2021, mais de 30 músicos e compositores divulgaram a *“Canção pra Amazônia”*. Seu autor cunhou a palavra *“bioecoetnogenomatrisuicídio”* para definir o que estava acontecendo no país. *“Focos de fogo nos sufocam: fauna, flora e até a alma”*, dizia a letra. Eleito no ano seguinte, Lula nomeou Marina Silva para comandar o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, que teve até o seu nome ampliado. ONGs internacionais aplaudiram a escolha de Marina.

Sendo assim, o terceiro mandato de Lula teve início com altíssimas expectativas em relação ao meio ambiente. Quatro meses depois, a cidade de Belém foi escolhida para ser a sede da Conferência das Partes para a Mudança Climática, COP30, da ONU, no próximo ano. Mas, já perto da metade do mandato, quando o governo enfrenta sua segunda crise climática, as ações governamentais ficaram muito aquém das expectativas alimentadas há dois anos — e tudo sem que aparecesse um único artista para gravar uma música de protesto.

Somente no mês de agosto, registrou-se quase metade do total de incêndios florestais do ano, segundo o Monitor do Fogo, da ONG MapBiomas. Foram queimados 5,65 milhões de hectares, o equivalente à cerca de 49% de toda a área devastada desde janeiro — uma extensão comparável ao estado da Paraíba. Ao diagnosticar a situação, Lula e Marina revelaram uma incompetência desconcertante. *“O dado concreto é que, hoje, no Brasil, a gente não estava 100% preparado para cuidar dessas coisas. As cidades não estão cuidadas: 90% das cidades estão despreparadas para cuidar disso”*, disse o presidente na terça, 17.

A estratégia usada pela dupla Lula-Marina foi tentar tirar a responsabilidade do governo federal e culpar o inimigo. É uma fórmula antiga, gasta. *“Não é um problema do governo federal. Eles (as cidades) têm que ter brigada, por exemplo. Ou seja, quando dá uma dor de barriga em Roraima, quando dá uma dor de barriga no Acre, é um problema que lá tem que ter estrutura para cuidar disso e não precisar ficar se socorrendo ao governo federal”*, disse o presidente. *“Esse fogo é criminoso. É gente que está tentando colocar fogo para destruir esse país.”*

Marina Silva acusou a existência de um certo *“terrorismo climático”* e apontou o dedo para as pessoas que participaram dos Atos de 8 de Janeiro de 2023. *“Por isso é tão importante o trabalho da PF (Polícia Federal). É preciso continuar investigando com trabalho de inteligência combinado, porque é aí que vamos poder descobrir de onde vem essa motivação. Eu estou praticamente comparando o que está acontecendo ao dia 8 de janeiro. São pessoas atuando deliberadamente para criar o caos no Brasil, tocando fogo nas florestas e nas atividades produtivas das pessoas”*.

É um fato que os incêndios não surgem espontaneamente. Todas as queimadas são provocadas por alguém. Mas aí há um pouco de tudo. *“No Brasil, o fogo é usado por pequenos, médios e grandes produtores rurais em várias etapas, como na transformação da biomassa em nutrientes para o solo e para fazer a roça da mandioca. Há ainda os desaviados que deixam fogueiras acesas e os que queimam o lixo. E há também aqueles que fazem isso de maneira criminosa, por algum motivo difícil de entender. O problema desta vez é que, com essa seca, qualquer faísca pode gerar um enorme incêndio”*, diz a geógrafa Ane Alencar, diretora de ciência do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, Ipam. Segundo ela, o que também contribuiu para a crise deste ano foi que a estiagem ocorreu em várias regiões ao mesmo tempo, o que atrapalhou o combate às queimadas e ampliou os impactos para a saúde.

Com o ar no Planalto Central irrespirável, congressistas do Centrão e da direita cobraram explicações do governo. Marina foi chamada à Comissão do Meio Ambiente do Senado para explicar as falhas para evitar as queimadas. Ela também deverá comparecer à Câmara dos Deputados para dar explicações, após as eleições municipais.

O deputado Ricardo Salles (PL), ex-ministro do Meio Ambiente no governo de Jair Bolsonaro, acusou Marina de desmontar a estrutura do Ministério, necessária para combater os incêndios — uma acusação muito parecida com a que ele sofreu quando era ministro. *“Marina Silva tem uma longa história com a questão ambiental. Ao assumir o Ministério do Meio Ambiente, ela levou consigo pessoas com diversos compromissos e amarras. Quando se observa um aumento de recursos sendo prometidos, algumas ONGs e grupos já começam a reivindicar esses recursos. No entanto, esses fundos deveriam ser destinados ao combate aos incêndios, e não para debates, palestras ou estudos intermináveis”*, disse Salles a **Crusoé**. *“Muitas vezes, os recursos que são repassados para ONGs e grupos acabam sendo consumidos por custos administrativos, como salários e despesas operacionais dessas organizações. Não há dinheiro que dê conta dessa situação.”*

A senadora Damares Alves (Republicanos), que foi ministra no governo de Jair Bolsonaro, também criticou a reação governamental. *“O que tem indignado a todos nós é que as notícias de que teríamos muitos incêndios por causa das secas prolongadas eram de conhecimento do governo desde janeiro. Mas nada foi feito. Não houve um plano de contingência. Não houve reunião de emergência. Mesmo agora, com a situação foram do controle, vemos notícias de que eles estão realizando reunião atrás de reunião. E nada de efetivo foi anunciado”*, disse Damares a **Crusoé**. *“Eles fizeram um grande barulho quando nós éramos governo. Nos acusaram de sermos negligentes. Hoje, estão no governo e nada de concreto é apresentado. Não há nada além dos discursos. O amor custou muito caro para todos nós e está custando caro também para nossas florestas.”*

Com a temperatura subindo, a saída da ministra Marina será pelo aeroporto. Lula autorizou uma viagem dela para Nova York entre os dias 21 e 27 de setembro, para participar da Cúpula do Futuro, durante a 79ª Assembleia Geral das Nações Unidas. A ministra, assim, mostra que dá mais atenção para o palco internacional do que para o que ocorre no meio ambiente naiconal. Enquanto isso, Flávio Dino, ministro do Supremo Tribunal Federal, STF, solapa a divisão entre Judiciário e Executivo.

Usando como pretexto uma antiga Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), o magistrado pegou o microfone e saiu dando ordens para brigadistas, para as Forças Armadas e mandou todos desobedecerem o arcabouço fiscal, aprovado este ano pelo Congresso. O governo brasileiro, assim, mostra-se como uma dobradinha entre o Executivo e o Judiciário, ambos muito combativos na retórica, mas ineficientes na prática (leia artigo *“O judicialismo como rebaixamento da política”* de Leonardo Barreto nesta edição da **Crusoé**).

Decisões tomadas sob pressão costumam servir mais para acalmar a opinião pública do que para instituir práticas eficientes no longo prazo. *“Mais importante do que tomar medidas é implementá-las com eficiência. O Brasil já tem programas para orientar as pessoas a usar do fogo e para treinar brigadas. O importante agora é ampliar isso para mais regiões”*, diz Luciane Simões, que trabalha no programa Clima da ONG Amigos da Terra.

Enquanto o governo federal se exime da responsabilidade e gasta energia em debates partidários, os brasileiros respirar fuligem e lamentam a destruição do meio ambiente, acelerando ainda mais as mudanças climáticas.



REPORTAGEM

O eleitor tem limite

POR CARLOS GRAIEB E WILSON LIMA

O eleitor tem limite

José Luiz Datena acertou Pablo Marçal com uma cadeirada. Fez isso na televisão, durante um debate entre os candidatos à prefeitura de São Paulo, a maior cidade brasileira. Quem não assistiu ao vivo na noite de domingo, 15, viu nos dias seguintes pela internet, onde surgiram imagens captadas por mais de um ângulo. A história,...

Carlos Graieb Wilson Lima 8 minutos de leitura 20.09.2024 01:00 comentários 1

Cadeirada de Datena em Marçal: aumento de rejeição - Foto: TV Cultura/via Foto Públicas

José Luiz Datena acertou Pablo Marçal com uma cadeirada. Fez isso na televisão, durante um debate entre os candidatos à prefeitura de São Paulo, a maior cidade brasileira. Quem não assistiu ao vivo na noite de domingo, 15, viu nos dias seguintes pela internet, onde surgiram imagens captadas por mais de um ângulo. A história, em seguida, correu o mundo.

Uma reportagem do *The New York Times* foi precisa: *"Foi um momento assombroso, mesmo para os padrões de comportamento político frequentemente ultrajantes do Brasil"*. Não há dúvida que entrou para a história, ou ao menos para o anedotário, da política e da televisão no país.

O jornal americano, no entanto, se precipitou ao prever que *"a exibição de violência política provavelmente reordenaria a maior eleição do país"*. Não é que fosse uma aposta insensata. Mas as pesquisas realizadas depois do incidente não a confirmaram.

Estagnação nos votos

O levantamento Datafolha divulgado nesta quinta-feira, 19, não mostrou efeito da cadeirada nas intenções de voto dos dois candidatos. Tanto Marçal quanto Datena permaneceram com os mesmos índices da rodada anterior: 19% e 6%, respectivamente. Mas Marçal ficou distante dos líderes dessa pesquisa, o prefeito Ricardo Nunes (27%) e o lulista Guilherme Boulos (26%).

A pesquisa do instituto Quaest apresentada na quarta, 18, também não mostrou mudanças significativas no cenário. Se a cadeirada teve algum impacto, foi marginal, e não no sentido que se poderia esperar, ou seja, beneficiando a vítima da agressão física. Entre Datena e Marçal, foi o apresentador de televisão quem melhorou um pouco nas preferências do eleitor, passando de 7% na sondagem anterior do instituto, para 10%.

O coach, enquanto isso, continuou embolado com Ricardo Nunes (24%) e Guilherme Boulos(23%), mas caiu de 23% para 20%. Como a margem de erro é de 3 pontos percentuais para mais ou para menos, não se pode descartar a hipótese de que Datena e Marçal sequer tenham se mexido.

Aumento na rejeição

As alterações mais significativas se deram nas taxas de rejeição. No Datafolha, a proporção de pessoas que descartam votar em Marçal subiu de 44% para 47%, no limite da margem de erro de 3 pontos percentuais. A rejeição de Datena foi de 32% para 35%.

Na Quaest, Marçal foi de 41% para 45%, um ponto percentual acima da margem de erro. Datena, que já tinha espantosos 60% de rejeição, subiu ainda mais, para 62%.

Como as pesquisas não são qualitativas, não trazem explicação para esses fatos. Mas pode-se levantar hipóteses.

Economia da atenção

É inevitável partir de Pablo Marçal, a grande novidade deste ciclo eleitoral. Sabendo que chegava à disputa sem história na política e hospedado em uma legenda nanica, desprovida dos recursos que um partido pode trazer em propaganda, ele usou a sua expertise nas redes sociais para manipular com enorme sucesso a chamada *"economia da atenção"* (se de forma legal ou ilegal, a Justiça Eleitoral ainda vai dizer).

Falar em economia da atenção significa simplesmente partir do princípio que atenção é um bem escasso e que não é fácil capturar os olhos e ouvidos dos eleitores. Marçal rompeu o desinteresse usando táticas agressivas. Criou apelidos depreciativos e realizou ataques pessoais contra os adversários, além de mostrar absoluto desprezo não só pelo sistema político, em sentido amplo, mas até pelas regras dos debates eleitorais.

Deu resultado. Ele se tornou nacionalmente conhecido, além de experimentar um crescimento exponencial nas pesquisas e cristalizar em tempo recorde o apoio de cerca de 20% do eleitorado paulistano. O preço foram as altas taxas de rejeição.

Civilidade e baixaria

Isso é coerente com aquilo que os cientistas políticos vêm detectando ao longo dos anos. Estratégias de choque são o meio mais rápido para um *outsider* entrar no jogo. São também eficazes para fidelizar muito rapidamente o apoio de pessoas que sentem afinidade não necessariamente com o comportamento, mas com as ideias do candidato.

O cientista político americano Thomas Zeitzoff é um estudioso da *"política da baixaria"* (*nasty politics*). Diz ele: *"Insultar, ameaçar e atacar oponentes são modos de indicar aos eleitores que o político está disposto a lutar pelo seu grupo"*. O comportamento também pode ser mais tolerado em momentos de crise ou entre eleitores desencantados. Nessas situações, diz Zeitzoff *"os cidadãos podem pensar, 'ei, esse político é desagradável, mas é o tipo de líder que precisamos agora e não vai nos deixar na mão'"*.

Em geral, no entanto, os eleitores condenam um baixo nível de civilidade na política. *"Há bastante evidência de que o público não gosta da política da baixaria"*, escreve Zeitzoff em seu livro sobre o assunto. Em 2019, por exemplo, a Universidade de Georgetown, nos Estados Unidos, começou a medir a percepção dos americanos sobre civilidade. Logo no primeiro levantamento, 64% dos eleitores reconheceram prestar atenção em campanhas negativas, mas um número ainda maior, 71%, se mostrou desconfortável com ações desse tipo.

Erro de estratégia

Embora não haja estudo semelhante para o Brasil, os índices de rejeição de Marçal e Datena sugerem que a situação não seja radicalmente diferente nos dois países. Grupos de eleitores têm níveis diferentes de tolerância à agressividade nas campanhas e alguns podem considerá-la até mesmo necessária. Mas esse estilo de fazer política não tem apelo universal. O eleitor, em geral, tem limites.

O episódio da cadeirada foi especialmente infeliz para Marçal porque não pegou bem nem entre os já convertidos, nem entre os que a campanha ainda pretende cativar. De um lado, há o fato de que o *coach* vinha provocando o adversário desde o debate anterior, de certa forma convidando um ataque físico. De outro, o comportamento de Marçal depois do incidente causou estranhamento.

O comitê *marçalista* admite internamente que errou na dose na sequência do debate. Logo em seguida à cadeirada, um post nas redes sociais associou o episódio aos atentados sofridos por Jair Bolsonaro, em 2018, e por Donald Trump, neste ano. Mas, como admite a campanha, os eleitores ou viram exagero nas cenas em Marçal aparece recebendo oxigênio numa ambulância, ou um certo descompasso com a imagem de machão que ele tenta projetar. Por isso, em menos de 24 horas, Marçal tratou de dizer que tudo *"não passou de um arranhão"*.

Ataque e contra-ataque

A tendência é que as imagens de pancadaria sejam bastante exploradas pelas campanhas de Ricardo Nunes, Guilherme Boulos e Tabata Amaral até as eleições, em inserções de propaganda eleitoral na televisão.

Isso já aconteceu nesta semana. O prefeito adotou tom de chacota, mostrando os efeitos nocivos do excesso de provocação por parte de Marçal. Tabata Amaral, por sua vez, aproveitou a cena para criticar todos os candidatos homens e apresentar-se como a única alternativa *"equilibrada"* para comandar a cidade de São Paulo.

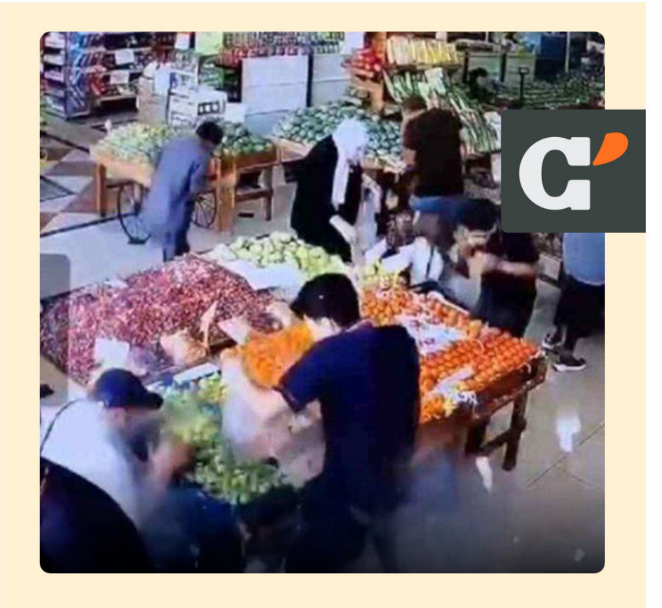
Na reta final antes do primeiro turno, Marçal fará investidas para tentar atrair os eleitores bolsonaristas dispostos a votar em Ricardo Nunes, candidato oficial (sem entusiasmo) do ex-presidente e (de modo convicto) do governador Tarcísio de Freitas.

Estratégia arriscada

Uma das medidas será intensificar os ataques aos institutos de pesquisa por meio de vídeos de internet e cortes de seus atos de campanha. Ele pretende contrapor o *"datapovo"* aos números que o mostram em desvantagem, ou seja, divulgará imagens de eventos lotados onde quer que ele vá. Haverá nos próximos tempos menos entrevistas e sabatinas e mais caminhadas nas ruas.

O outro lance é arriscado: questionar a legitimidade da própria eleição, como fez Jair Bolsonaro em 2022. Marçal tem dito que esse passo poderia ser interpretado como uma admissão antecipada de derrota. Além disso, o poria na mira do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Mas a hipótese não está completamente fora de cogitação.

Se a campanha chegar à conclusão que pode trazer algum benefício, fará o questionamento. Segundo um de seus principais apoiadores, é hora de Marçal dobrar a aposta e mostrar que é *"duro na queda"*. Pensando no futuro, é melhor assegurar a fidelidade daqueles que já o abraçaram.



REPORTAGEM

Mensagens explosivas

POR CAIO MATTOS

Mensagens explosivas

Mais de 20 pessoas morreram em explosões em massa de pagers e walkie talkies do Hezbollah; Israel estaria por trás dos episódios

Caio Mattos 5 minutos de leitura 20.09.2024 03:30 comentários 1

Explosão de pager de terrorista do Hezbollah no Líbano. Reprodução

Centenas de *pagers* de integrantes do Hezbollah explodiram simultaneamente na tarde de terça-feira, 17 de setembro. Ao menos **12 pessoas morreram e 2.800 ficaram feridas** no Líbano e na Síria. Dentre os atingidos, o embaixador do Irã em Beirute foi ferido. Um representante do grupo terrorista descreveu o episódio como "*a maior falha de segurança*". Ele se precipitou. **No dia seguinte, houve novas explosões**. Desta vez, em ***walkie-talkies***. Mais **14 pessoas morreram e outras 450 ficaram feridas**. O Hezbollah e o governo do Líbano, formado por uma coalizão que inclui a ala política do grupo terrorista, acusaram Israel pelos episódios.

Nenhuma autoridade israelense reivindicou os ataques. Tampouco houve quem negasse as acusações dos libaneses. **Israel tradicionalmente não comenta operações de inteligência fora de seu território.**

Fontes anônimas do governo dos Estados Unidos afirmaram ao jornal *The New York Times* que, ao menos, o caso dos *pagers* se tratou de uma operação israelense. O serviço de inteligência teria implantado **material explosivo de 30 a 60 gramas colado à bateria dos *pagers***. A detonação teria sido remota. *"Às 15h30 no Líbano, os pagers receberam uma mensagem que parecia vir da liderança do Hezbollah, disseram duas autoridades. Em vez disso, a mensagem ativou os explosivos"*, reportou o *Times*. Os dispositivos faziam parte de um lote de mil unidades importado pelo Hezbollah havia cinco meses. Segundo o *Times*, foi uma empresa de fachada montada pelo serviço secreto israelense que vendeu os *pagers* ao Hezbollah.

Israel tem um longo histórico de operações semelhantes há mais de meio século. O Mossad, o serviço de inteligência que opera no exterior, eliminou uma liderança da Autoridade Palestina com um celular com explosivo em Paris, na França, em dezembro de 1972. A operação foi uma retaliação pelo atentado de um grupo terrorista palestino que resultou nas mortas de 11 atletas israelenses dois meses antes, nas Olímpiadas de Munique. Mais recentemente, em julho, as Forças de Defesa de Israel (FDI) reivindicaram a eliminação do então mais alto comandante do Hezbollah, Fuad Shukr. Ele foi morto em um bombardeio após ser localizado ao usar o próprio celular. O caso aumentou ainda mais o receio entre os terroristas de usar telefones celulares, o que elevou a adesão de *pagers* e *walkie-talkies*.

O Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Volker Turk, pediu uma investigação independente sobre as explosões. O Conselho de Segurança se reune nesta sexta, 20, para deliberar sobre o tema. Mesmo se comprovada a atuação do serviço secreto israelense, é improvável que o Estado de Israel seja alvo de ação legal. Para tanto, seria preciso comprovar que o ato faz parte de uma política de Estado, explica Vitelio Brustolin, professor de Relações Internacionais da Universidade Federal Fluminense e pesquisador da Universidade Harvard. Casos pontuais não são o suficiente para sustentar uma tese como essa.

Duas crianças inocentes morreram nas explosões no Líbano desta semana. A mais jovem era uma menina de 9 anos de idade. Elas não foram as únicas vítimas colaterais. Mais de 3 mil foram feridas nos episódios. Algumas chegaram a ter membros decepados. A maioria dos feridos não integrava o Hezbollah, apenas estavam próximos dos supostos terroristas no momento da detonação. Eles foram atingidos por acaso, em momentos banais do cotidiano. Em ao menos dois casos, os portadores dos *pagers* estavam fazendo compras em supermercados, como mostraram imagens de câmeras de segurança.

As **convenções internacionais que tratam sobre guerras preveem que não se pode atingir alvos civis**. Mesmo se comprovado que havia um alvo militar no local, uma operação não pode desconsiderar os riscos de dano colateral. *"Em teoria, a quantidade de explosivos era pequena para atingir apenas os terroristas. Mas pessoas inocentes foram mortas e feridas. Então, é possível discutir que se assumiu um risco"*, afirma Brustolin.*"Atingir civis é atingir civis, seja no Líbano, em Gaza ou em Israel"*, acrescenta, em referência às mortes de inocentes na guerra na região. No início de julho, o Hezbollah lançou um foguete e matou 12 crianças ao norte de Israel.

Para Israel, o ataque se justifica porque o país já se considera em guerra contra o Hezbollah. Neste contexto, a explosão dos *pagers*, na terça, e dos *walkie-talkies*, na quarta, podem ser vistas como uma operação prévia a uma ação militar maior. Na quinta, 19, caças israelenses bombardearam diversos lançadores de foguetes e prédios do Hezbollah no Líbano. Veículos militares e soldados que estavam na Faixa de Gaza na guerra contra o Hamas, praticamente derrotado militarmente, foram transferidos para o Norte. Os ataques desta semana surpreendem os terroristas do Hezbollah com reduzida capacidade de se comunicar, o que aumenta a chance de acertar os alvos e reduz a possibilidade de uma reação. É com base nas guerras contra grupos terroristas que Israel faz os seus cálculos.



CRÔNICA

POR LEONARDO BARRETO

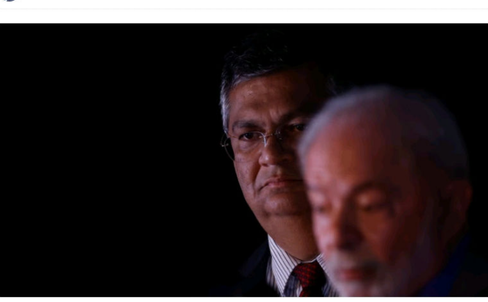
O judicialismo como rebaixamento da política

Crônica ↗

O judicialismo como rebaixamento da política

Em vez de trabalhar com o Congresso para fazer política pública, governo fez dobradinha com Flávio Dino, do STF

Leonardo Barreto · 5 minutos de leitura · 20.09.2024 01:00 · comentários 0



Flávio Dino e Lula: governo tutelado pelo Judiciário - Foto: Adriano Machado/ O Antagonista

Quando Flávio Dino foi indicado para ocupar uma cadeira no STF, não achei que aquele fosse um movimento natural. Explico. **Lula é o que se chama de um *"líder mangueira"*, em uma referência à árvore que, de tão frondosa, não deixa nada crescer embaixo.** Traduzindo, o líder petista não é de promover pessoas que possam concorrer com ele por brilho e atenção.

À época, partidários petistas diziam que levar Dino para o STF era uma forma de retirá-lo da corrida sucessória. Mas já naquela época esse argumento fazia pouco sentido, porque Dino não estava sendo enviado para uma embaixada no exterior, mas para o centro do picadeiro político de Brasília.

Considerando o papel central do Judiciário no mais amplo leque de decisões políticas, quem disse que um ministro não pode aspirar a disputar a Presidência da República? Lembrando que tanto Nelson Jobim como Joaquim Barbosa já frequentaram o rol dos presidenciáveis, com esse último chegando a ter 10% das intenções de voto.

Continuando minhas investigações sobre as razões de Lula na escolha de Dino, conversei com um advogado membro do famoso grupo Prerrogativas, com grande ascendência sobre o governo atualmente.

Ele explicou que **Lula queria um político que fizesse frente ao poder e à gestão política que Gilmar Mendes faz do corpo de ministros**. O presidente estaria, portanto, buscando um reequilíbrio político do STF.

Será? Gilmar Mendes não milita na oposição e teve articulação importante na reabilitação eleitoral e política de Lula. Além disso, o excesso de independência de Dino, causa de estranheza, continua presente como fator que não se encaixa no perfil de nomeações que o presidente costuma fazer.

A interferência de Dino na sistemática da distribuição das emendas parlamentares e na questão das queimadas jogou mais lenha nessa fogueira. A saber, o ministro paralisou a execução de despesas ordenadas pelo Congresso até que se ache um balanço mais favorável ao Executivo e ordenou a retirada de gastos para o combate de incêndios.

Se, no primeiro caso, pode-se argumentar que se trata de um impasse institucional, no qual o STF tenta fazer alguma arbitragem, pode-se admitir que faz parte do jogo. No segundo, no entanto, há uma novidade.

Utilizando-se de uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, ADPF, ajuizada pela Rede contra Jair Bolsonaro em 2020, para obrigar o então presidente a apresentar um plano de combate aos incêndios no Pantanal e na Amazônia, **Dino fez política pública, criando crédito extraordinário, tirando despesa da meta fiscal e obrigando recrutamento e ação do governo.**

Foi noticiado em Brasília que a ação de Dino foi vista como uma concorrência em relação ao Planalto, uma espécie de crítica velada à incapacidade de gerir esta crise. Além disso, estranhou-se que Lula não tenha pedido esse crédito extraordinário ao Congresso, que não teria problema nenhum em ceder o dinheiro como aconteceu no caso das enchentes no Rio Grande do Sul.

Meu primeiro impulso foi interpretar esses movimentos como uma disposição de Dino fazer um jogo próprio, buscando protagonismo e se colocando, por que não, como uma alternativa na sucessão de Lula em 2026 ou em 2030. No entanto, o envolvimento da Advocacia-Geral da União, AGU, em todo o processo indica uma parceria entre o presidente e o ministro.

Talvez a maneira correta de ler esse episódio é permanecer na superfície. **O Planalto preferiu contar com o STF a trabalhar com o Congresso para fazer política pública.** Mais uma vez, criou um fato consumado – tirar uma despesa da meta – para só depois ir buscar uma foto com Arthur Lira e Rodrigo Pacheco. Assim, o Judiciário vai esticando a corda e se aprofundando em decisões típicas de governo, vai ganhando *know how* e normalizando o papel de tomar decisões sem passar pelo controle popular representado pelo parlamento.

Joga-se luz, portanto, sobre o papel que Lula atribuiu a Dino. **Consolida-se um modelo político no qual os poderes são tutelados pelo Judiciário** – que recebe uma missão muito maior que qualquer outra inicialmente pensada.

Joguem fora toda a conversa que vira e mexe ministros plantam na imprensa sobre autocontenção. A ordem é avançar num desenho de judicialismo – que sequer é de coalizão – que joga crescentemente as principais decisões do país nas mãos de pouquíssimas pessoas e rebaixa a política.

Leonardo Barreto é cientista político e sócio da I3P Risco Político

As opiniões emitidas pelos colunistas não necessariamente refletem as opiniões de O Antagonista e Crusoé



CRÔNICA

POR MÁRCIO COIMBRA

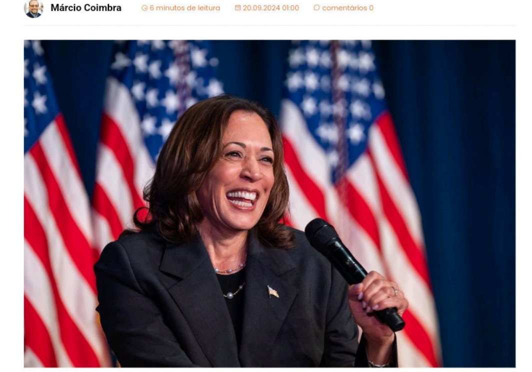
O flanco aberto entre os democratas

O flanco aberto entre os democratas

Para entender o quadro eleitoral é crucial desligar-se das pesquisas nacionais e focar nas sondagens estaduais, em especial dos swing states

Márcio Coimbra

6 minutos de leitura 20.09.2024 01:00 comentários 0



A candidata Kamala Harris. Reprodução: redes sociais

Desde a desistência de Biden, podemos dizer que existe disputa na eleição presidencial norte-americana. Se nos dias anteriores, diante da primeira tentativa de assassinato de Donald Trump, o pleito estava nas mãos do republicano, com a troca de candidato no campo democrata, a disputa se reequilibrou e permanece indefinida. Para entender este desenho, é importante compreender como funciona a dinâmica do sistema eleitoral e onde estão as chances de cada um nesta disputa.

Os Estados Unidos são uma república formada por entes federados que decidiram se unir e o peso de cada um em uma eleição presidencial é decidido pelo total da população de cada estado. Quanto mais populoso, mais delegados. Desta forma, a Califórnia, que possui 39 milhões de habitantes, possui 54. Nova York, com 19 milhões, 28, enquanto o Montana, com 1,1 milhões, elege apenas 4 e a Virgínia, com 8,6 milhões de habitantes, 13 delegados.

Na soma de todos os estados são eleitos 538 delegados e aquele que alcançar a maioria, ou seja, 270, vence. O sistema pode parecer confuso, mas funciona de forma muito simples. Vale lembrar uma regra muito importante: estamos diante de eleições estaduais, ou seja, quem vencer em cada estado, leva todos os delegados. Isto significa que se um candidato vencer, mesmo que por margem muito estreita, leva todo estado (*the winner takes it all*). Como toda regra possui uma exceção, dois optaram por dividir seus delegados proporcionalmente aos votos, são eles Nebraska, com 4 votos e Maine, com 2 votos. Em todos os demais, vale a regra geral.

Tradicionalmente, republicanos e democratas possuem bastiões intocados, ou seja, estados que votam tradicionalmente com cada partido e certamente irão entregar-lhes a vitória. Os democratas vencem sempre na Califórnia (54), Washington (11), Havaí (4), Massachusetts (11), New Jersey (14), Minnesota (10), entre outros. Os republicanos vencem tradicionalmente no Texas (40), Kentucky (8), Utah (6), Florida (30), Missouri (10) e Iowa (6), entre outros. Isto significa que a eleição é decidida por estados que por vezes votam com os democratas e por outras vezes votam com os republicanos, os chamados *swing states*, chamados no Brasil de "estados-pêndulo".

O foco das campanhas de Kamala Harris e Donald Trump está neste contingente de estados que definirão os rumos da eleição, a saber: Arizona (11), Nevada (6), Georgia (16), Carolina do Norte (16) e especialmente as três joias da coroa: Michigan (15), Wisconsin (10) e a cobiçada Pensilvânia (19). Em 2016, Trump venceu a eleição nacional após ganhar por estreita margem no Michigan, Wisconsin e Pensilvânia. Uma soma de 46 delegados que assegurou sua vitória por 306 votos. Em 2020, a perda destes três estados foi crucial para sua derrota, quando atingiu apenas 232 delegados.

No dialeto político, Trump pode também optar por avançar pelo chamado *blue wall*, conjunto de estados do leste, centro-oeste e oeste que tradicionalmente se tornaram democratas, algo que desestabilizaria a campanha de Kamala. Se conseguir arrancar apenas uma vitória em um destes estados, suas chances de êxito se multiplicam. Como em uma jogada de xadrez, enquanto os democratas esperam um ataque nos estados-pêndulo, os republicanos podem optar por desestabilizar um bastião democrata. É raro, mas pode acontecer.

No jogo político eleitoral, para além das estratégias, é essencial olharmos para uma região em específico, o chamado *Rusty Belt* ou "Cinturão da Ferrugem", localizada no nordeste, centro-oeste e partes mais ao norte do sul dos Estados Unidos. Inclui o norte do estado de Nova York, Pensilvânia, Ohio (17), Virgínia Ocidental (4), Indiana (11), Illinois (19), a Península Inferior de Michigan, sudeste de Wisconsin e pequenas partes de Kentucky, Maryland (10), New Jersey e a área metropolitana de St. Louis no Missouri. Uma região que entregou votos muito importantes para Trump em 2016 e oscilou para Biden em 2020.

Cinturão da Ferrugem

Certamente a senha para a vitória passa pelo êxito em distritos importantes do Cinturão da Ferrugem, especialmente aqueles que pereceram economicamente com o declínio da indústria e a desleal concorrência chinesa. J.D Vance, o vice de Donald Trump, é especialista nesta área. Sua família veio do Kentucky e depois se estabeleceu em Ohio. Ele cresceu em meio ao declínio econômico desta região, algo que afetou diretamente sua família. Ao se eleger como Senador por Ohio, seu foco passou a ser a revitalização econômica do cinturão, algo que se torna um trunfo eleitoral essencial para Trump.

Acredito que o caminho para a vitória neste ano passará por três estados com conexão direta com o *Rusty Belt*: Pensilvânia, Michigan e Wisconsin. Desde 1992, sob a liderança de Clinton, estes estados faziam parte do *Blue Wall*, porém, em 2016 Donald Trump alcançou a vitória nos três, encerrando quase três décadas de domínio democrata. Neste ano, vencer ali (ou apenas na Pensilvânia) pode novamente tirar a vitória das mãos dos democratas.

Kamala Harris permitiu a abertura deste flanco ao escolher Tim Walz como vice em sua chapa, governador de um conhecido estado tradicionalmente democrata, o Minnesota. Com este gesto, ela deixou de fora o popular governador da Pensilvânia, Josh Shapiro, que comanda aquele que talvez seja o estado-chave deste ciclo eleitoral. Se Kamala sair derrotada, Shapiro é candidatíssimo ao posto de líder dos democratas e provável candidato à sucessão presidencial em 2028. Estaria ele disposto a gastar seu capital político com quem o preteriu e pode fechar as portas para suas pretensões presidenciais no curto prazo?

Outro nome essencial neste ciclo eleitoral é Gretchen Whitmer, também uma popular governadora. Seu estado, o Michigan, é essencial nesta eleição, porém, Gretchen foi preterida dentro do partido, que decidiu internamente pela vice de Joe Biden. Seu nome foi amplamente ventilado em diversas frentes democratas, mas Kamala foi mais forte e se impôs. Resta saber se as sequelas da escolha podem mexer com o empenho da governadora, que pode ajudar (ou não) a entregar os importantes votos de seu estado.

Para entender o quadro eleitoral é crucial desligar-se das pesquisas nacionais e focar nas sondagens estaduais, em especial dos *swing states*, pois a eleição será definida neste pequeno universo de eleitores. As projeções variam sensivelmente e hoje mostram Kamala vencendo no Michigan por 0,7% e Wisconsin por 1,2%. Trump vence na Pensilvânia por 0,2%. Nos demais, ela está na frente em Nevada por 1,2% e ele lidera na Georgia por 0,2%, Carolina do Norte por 0,4% e Arizona por 1,3%. Como vemos, Kamala reposicionou os democratas no tabuleiro, mas deixou aliados feridos pelo caminho. Um jogo que voltou aos patamares tradicionais e será definido no detalhe pela inclinação dos "estados-pêndulo". A conferir.

Márcio Coimbra é cientista político e presidente do Instituto Monitor da Democracia e Conselheiro da Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig)



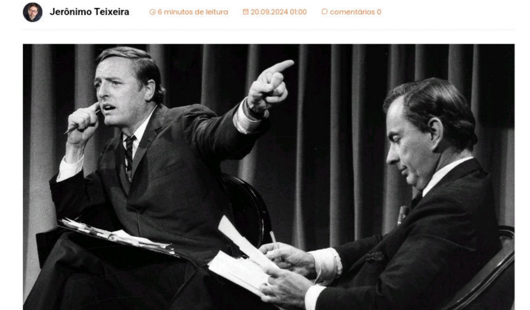
POR JERÔNIMO TEIXEIRA

A cadeirada é uma força invencível

A cadeirada é uma força invencível

O que vimos no debate da TV Cultura parece o fundo do poço, mas gente bem mais qualificada do que Marçal e Datena já sucumbiu ao apelo da baixaria

Jerônimo Teixeira · 6 minutos de leitura · 20.09.2024 01:00 · comentários 0



Gore Vidal e William Buckley Jr. em debate nos EUA. Reprodução: redes sociais

O barraco, a baixaria, a treta são forças ingovernáveis. Mas olha só que coisa: muitos daqueles que querem nos governar são adeptos do barraco, da baixaria, da treta. Não deixa de ser uma estratégia: afinal, quando esse trio entra na arena política, vem para quebrar tudo. Facilmente leva a melhor sobre a tal "*discussão de propostas*" que é tão alardeada em campanhas eleitorais. Barraco, baixaria e treta são fins em si mesmos, promessas auto-realizáveis. As propostas, coitadas, em geral são vazias, quando não inexequíveis.

Assunto da semana, imagem definitiva da campanha para a prefeitura de São Paulo, a cadeirada era inevitável. Foi uma consequência necessária da entrada na corrida eleitoral de um candidato que outro dia caracterizei como "contracultural". Dito assim, parece até que estou afirmando que Pablo Marçal é culpado pela cadeirada que José Luiz Datena lhe desferiu durante um debate televisivo. E é isso mesmo: estou, sim, culpando a vítima – sem, no entanto, desculpar o agressor: acho até que o candidato do PSDB deveria se retirar da disputa.

Não critico a baixaria instalado sobre um pedestal. Sou suscetível ao apelo de um bom barraco: até me arrependi de não ter visto o debate ao vivo. É feio, eu sei, mas tenho de confessar que ri da cadeirada. E de seus frutos na internet: como de costume, os produtores de memes foram rápidos e criativos. Alguém editou o espetáculo contracultural que vimos da *TV Cultura* para inserir uma cena de *Shrek* em que uma camponesa grita *"a cadeira, usa a cadeira"*. Tenho de admirar a presença de espírito e o repertório pop de quem lembra a fala de uma figurante em um desenho animado de 2001.

Esticando um tanto a corda, arrisco afirmar que **a baixaria é inevitável na política** – que não é, nunca foi o ofício dos puros (políticos que se gabam de sua pureza são os mais perigosos). Debates eleitorais não convidam à conversa elevada. Às vezes até se discutem ideias, mas nunca só ideias: entram também a biografia, o caráter e até a sexualidade dos competidores. Até certo ponto, isso é necessário: em tese, ninguém quer, digamos, um sujeito condenado por fraude bancária na cadeira de prefeito. Mas a fixação na vida privada abre a porta para difamação dos oponentes. E os debatedores nunca perdem a chance de se perder em irrelevâncias e impertinências, discutindo questões políticas que não têm nada a ver com o cargo em disputa (no debate da cadeirada, a candidata do Novo – que é uma espécie de PSOL do bolsonarismo – cobrou de Marçal que ele se posicionasse a favor do impeachment de Alexandre de Moraes).

Os debates eleitorais televisivos são um péssimo modelo para o debate público mais amplo. Não é assim apenas porque bufões cada vez mais espalhafatosos vêm ganhando espaço nas corridas eleitorais: o modelo é ruim, e não parece haver por onde melhorá-lo. Talvez seja assim porque um debate eleitoral não é uma conversa franca entre gente que tem visões discordantes: é uma batalha a ser vencida em busca da vitória definitiva na guerra que é a eleição.

Outro dia, na festa de aniversário de um amigo, entrei em uma discussão – por acaso, com outro colunista de **Crusoé** – sobre certos temas aborrecidos da política nacional. Soube depois, para minha surpresa, que os outros convivas pensaram que estávamos a ponto de arremessar copos (se não cadeiras) na cara um do outro. Na minha percepção levemente alcoolizada, foi uma conversa intensa mas cordata, e acho que meu opositor concordaria. Nenhum de nós se preocupou em saber quem *venceu* a noite. O bom debate é uma partida não de tênis, mas de frescobol: o objetivo é manter a bola no ar. Millôr Fernandes disse que o frescobol é o mais belo dos esportes, pois é movido só pelo *"espírito lúdico"*. E arrematou: *"Felizmente, não apareceu nenhum idiota pra inventar contagem de pontos no frescobol"*.

A ânsia de levar a melhor em uma discussão põe a perder as mentes mais brilhantes. Tome o caso de Gore Vidal e William Buckley Jr., dois respeitáveis intelectuais americanos, o primeiro de esquerda e o segundo de direita. Frequentador da roda dos Kennedy (se bem que Bobby Kennedy não ia com sua cara), Vidal revisou a história de seu país em uma alentada série de romances históricos; amigo de Ronald Reagan, Buckley fundou a revista *National Review* e ajudou a reconfigurar o conservadorismo americano em seu tempo. Provocadores, vaidosos, ambos eram, diríamos hoje, figuras midiáticas.

Em 1968, a rede *ABC* convidou os dois para se confrontarem em uma série de programas em torno das prévias eleitorais daquele ano (há um bom documentário sobre esses encontros, *Best of Enemies*, produzido em 2015). Foi um sucesso, com 10 milhões de espectadores por episódio. No sétimo, o evento do dia foi o violento confronto, em Chicago, entre polícia e manifestantes universitários que protestavam contra a Guerra do Vietnã. Vidal defendeu o direito constitucional ao protesto. Buckley contra-argumentou afirmando que levantar a bandeira vietcongue nos Estados Unidos durante a guerra era um ato de traição, equiparável a marchar pelas ruas com uma suástica durante a Segunda Guerra.

Foi quando Vidal apelou para a baixaria. Disse que a única pessoa pró ou protonazista na área era o próprio Buckley – que, por seu turno, virou a mesa de vez: chamou Vidal de *"queer"* (hoje abraçada pela militância LGBT, a palavra ainda era homofóbica em 1968) e ameaçou colar o oponente na parede com um soco. A emissora havia programado mais três debates, que obviamente nunca ocorreram.

Não havia respeito moral entre Vidal e Buckley, que viam um ao outro como a encarnação de todos os males que assolavam os Estados Unidos. Claro que a treta dessa dupla antagônica não se compara ao que estamos vendo em São Paulo: até o sexto confronto, desenrolou-se quase sempre em linguagem articulada. Ainda assim, culminou em um lamentável barraco (para quem não sabe, o barraco é a treta em sua versão extrema – ou radical: os sociólogos da *GloboNews* ainda estão discutindo essas categorias).

Por mais qualificados que sejam os debatedores, quando o objetivo é derrubar o oponente, quem vence é a cadeirada.

Jerônimo Teixeira é jornalista e escritor

As opiniões emitidas pelos colunistas não necessariamente refletem as opiniões de O Antagonista e Crusoé



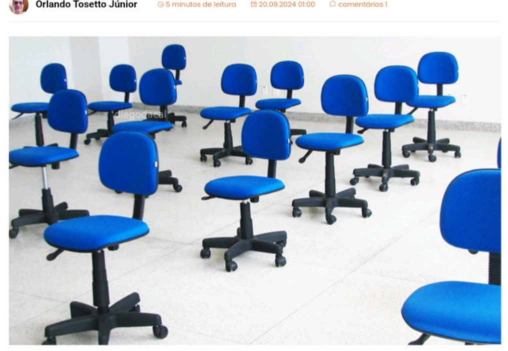
POR ORLANDO TOSETTO JÚNIOR

As cadeiras não têm nada de metafísicas

As cadeiras não têm nada de metafísicas

Nesta semana só se fala em cadeiras. Dá vontade de parodiar o Fernando Pessoa e dizer (ou melhor, escrever): "Fala em cadeiras, pequena, olha que não há mais metafísica no mundo senão cadeiras". O diabo é que as cadeiras não são nem têm nada de metafísicas: são físicas, isso sim, muito físicas. Aliás, não somente...

Orlando Tosetto Júnior 5 minutos de leitura 20.09.2024 01:00 comentários 1



Flickr: Diego Dacal

Nesta semana só se fala em cadeiras. Dá vontade de parodiar o Fernando Pessoa e dizer (ou melhor, escrever): *"Fala em cadeiras, pequena, olha que não há mais metafísica no mundo senão cadeiras"*. O diabo é que as cadeiras não são nem têm nada de metafísicas: são físicas, isso sim, muito físicas. Aliás, não somente as cadeiras são físicas, mas físicos também são os bancos – os de sentar, bem entendido, não os de depositar ou pegar dinheiro emprestado. **A semana, pois, foi isto: cadeiras e bancos, bancos e cadeiras.**

No que tange às cadeiras, tivemos a cadeirada dada pelo *candidato* Datena no *candidato* Marçal durante debate de, ora, veja só, candidatos à cadeira (não às cadeiradas) de prefeito de São Paulo. O debate e a cadeirada foram levados ao ar e ao público no domingo à noite pela *TV Cultura*. Cultura, candidatos, cadeirada, nessa ordem.

É verdade que eu andei reclamando por aqui do quão sem sal, do quão mornos e chatos andam os debates de hoje em dia se comparados aos de antanho, e pus a culpa disso na sensaboria dos debatedores. Mas o *telecatch* que eu estava pedindo era a volta das *boutades*, dos insultos criativos, das frases memoráveis; em vez disso, o que me deram foi um momento de torcida organizada, uma arquetípica briga de bar, um exemplo eloquente do que os homens públicos do meu país têm a oferecer quando ouvem a palavra *"decoro"*.

Isto, como dito, no domingo. Na terça-feira, novo debate (o pessoal parece que não cansa) – desta vez, creio, na Rede TV – demandou dos contrarregras o serviço chato de aparafusar as cadeiras ao chão do estúdio. Quer dizer: ninguém teve a mais tênue ilusão de que, depois do tumulto, os candidatos – ou, vá, pelo menos *um* dos candidatos – passariam a se comportar como gente apta a governar a maior cidade do país, ou, vá, só como gente. Não. Mais fácil e mais seguro é tirar-lhes, conforme seja possível, os meios de ser bárbaros. Como dizia Stanislaw Ponte Preta: **já que não dá para mudar nem confiar nos candidatos, vamos mudar as cadeiras e confiar nos parafusos. Brasil.**

Brasil sendo Brasil, aliás, a cadeirada rendeu memes e piadas a valer. Não preciso repeti-los aqui; na altura da publicação desta crônica, o amigo já teve tempo de conhecer todos e de se fartar de todos também. Não tem problema nenhum com piada, eu também faço e gosto. Mas devia ter problema um candidato dar uma cadeirada em outro e a coisa passar em brancas nuvens. Por mais detestável e detestado que seja o cadeirado, é preciso ao menos a gente fingir que é civilizado, que há regras enfim, e dizer pro cadeirador: *"Ô, amigão, aí não; aí passamos dos limites. Isto aqui não é arquibancada, botequim, programa de mundo cão, nem velório de bígamo. Viemos aqui debater, não bater. Cartão vermelho pro senhor"*.

Mas não somos nós, os brasileiros, que dizemos que quem tem limite é município? Fiquemos com o que temos.

E quanto ao banco? O banco, pobre banco, pagou o pato de ser banco e não banca nem bancada. Ele estava num palco fazendo companhia à, ou acomodando os glúteos da, dita cantora Daniela Mercury num evento qualquer em Salvador, e foi por ela arremessado fora para que ela, a dita cantora, tivesse espaço para sua performance *"intensa e enérgica"*.

A dona do banco assim defenestrado, ou despalcado, uma empresária, não gostou e reclamou. Dona Daniela respondeu à reclamação e justificou seu ato não com a invocação dos direitos de Terpsícore, a Musa da Dança, ou de Euterpe, a Musa da Música, ou de uma qualquer Górgona dos arremessos, mas sim louvando seu empoderamento feminino ante a soez masculinidade do substantivo *"banco"*.

Para resumir a parada, ou a arremessada: dona Daniela disse que teve que jogar o banco longe porque pediu para que o tirassem e ninguém o tirou. E não o tiraram, segundo ela, porque era *banco*, masculino, donde se deduz que se fosse banca ou bancada, femininas, tiravam. Daí sua única saída foi empoderar-se e, musculatura em dia, atirar o banco machista, o banco sexista, o banco casmurro para longe da sua performance feminina-feminista dançante, intensa e enérgica.

Vivas para ela, morras para o banco e para qualquer outro objeto de gênero masculino que se meta entre as mulheres e suas artes. Não bastassem os maus homens, também os maus substantivos masculinos precisam ser postos no seu lugar. Ponham-se-lhes limites, tal como os têm os municípios e a paciência das cantoras.

Orlando Tosetto Jr. é escritor



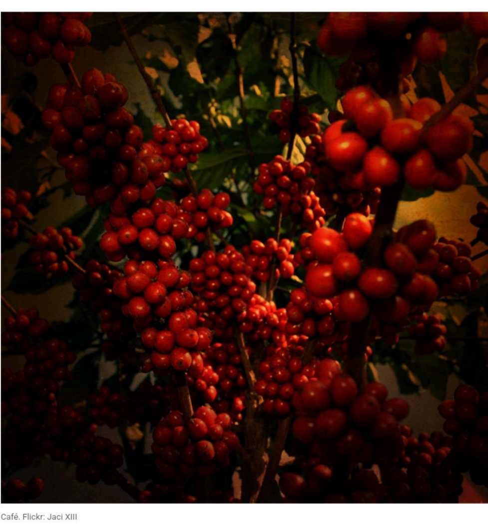
POR IVAN SANT'ANNA

Mega-Sena, apostas em futebol, café em Nova York...

Mega-Sena, apostas em futebol, café em Nova York...

é bom acompanhar atentamente o que acontece no mercado de café. Pois ele, volta e meia, proporciona uma oportunidade ímpar de se ganhar dinheiro


Ivan Sant'Anna 5 minutos de leitura 20.09.2024 01:00 comentários 0



Café. Flickr: Jaci XIII

Ao ler o título desta crônica, o caro amigo assinante leitor pode estar se indagando: o que uma coisa tem a ver com a outra?

Começo a explicação pelo final. Antes de mais nada, é bom deixar claro que não estou me referindo a algum famoso café da Big Apple, que esteja no auge da moda, mas sim ao mercado futuro de café negociado na ICE (Intercontinental Exchange), que está atravessando um formidável *bull market*.

Esse ciclo do touro é causado, principalmente, pela seca e pelas queimadas que afligem algumas das regiões cafeeiras do Brasil.

Nos últimos quatro meses, o preço da libra-peso de café subiu de US$ 2,0500 para US$ 2,6370.

Como cada contrato futuro se refere a 37.500 libras, quem comprou, digamos, dez contratos em seis de maio está ganhando US$ 220.125,00. Ou seja, US$ 3,75 por cada centésimo de centavo de dólar.

O café foi importantíssimo ao longo de minha carreira de *trader*. Negociando com ele, dei grandes tacadas e tive prejuízos assustadores, desses que fazem um operador de *commodities* pensar em mudar de profissão.

Vejamos meu primeiro *trade* de café:

Em 1985, eu operava apenas no mercado de ouro na Bolsinha (Bolsa de Mercadorias do Estado de São Paulo), importantíssimo naqueles tempos de hiperinflação, choques heterodoxos e tablitas, itens esses que eram o principal fundamento de todos os ativos negociados a futuro, sendo o ouro o principal deles.

Pois bem, um *broker* da Bolsinha me ofereceu uma operação na qual eu comprava um único contrato de café futuro com vencimento curto e vendia um contrato longo, ou "futurão", como chamávamos naquela época.

Como era um comprado e um vendido, nem pensei direito sobre a oferta. Topei e me estrepei, como veremos a seguir.

Após vários dias com ambos os contratos batendo limite de alta, sem vendedores, chegou o momento que eu temi tão logo fechei a operação e tive tempo de fazer contas.

O *"futurinho"*, no qual estava comprado, passou a ter liquidez. Já o *"futurão"*, no qual vendera, continuou travado nos limites de alta, sem que eu pudesse fazer nada, já que cada dia ficava mais barato (porque o limite era menor do que a inflação) e eu, vendido.

Para não me estender muito no relato desse drama, acrescento apenas que eu perdia, em valores de hoje, R$ 100 mil reais por dia.

Sim, gente. O equivalente a cem mil reais, em cruzeiros, moeda da época.

Desfecho: tive de pagar, por fora, vários limites de alta a um *trader* que aceitou dar liquidez ao meu *"futurão"*.

Nessa via dolorosa, perdi tudo que ganhara no mercado de ouro nos anos anteriores.

Evidentemente deixei de negociar com café, deve estar pensando o leitor.

Quem achou que isso aconteceu, errou. Passei a *"treidá-lo"* em Nova York na então CSCE (Coffee, Sugar em Cocoa Exchange), situada no World Trade Center (na época, o pregão ainda era viva-voz).

Eu negociava café quase todos os dias, fazendo *day trades* ou operações de tiro curto. Ganhava mais do que perdia.

Em 1994, dei minha tacada mais certeira. Foi quando aconteceu a geada negra que destruiu, no Brasil, não só os frutos como também os pés de café. Ou seja, afetou os preços por vários anos.

Com minhas desculpas pela incorreção política, fui muito macho. A geada ocorreu no fim de semana e comprei contratos, para mim e para as carteiras que administrava, quando os preços abriram na segunda-feira com *breakaway gap*.

Comprei e corri para os abraços. Tanto eu como meus clientes ganhamos incontáveis limites de alta.

Melhor: não pusemos sequer um centavo de margem, pois esta era inferior ao ajuste positivo do primeiro dia.

Nessa ocasião, eu já começara a escrever meu livro *Os mercadores da noite.*

Tão logo liquidei as posições de café, viajei para Nova York, Chicago, Davenport (Ohio), Londres, Bruxelas, Paris, Lausanne e outros lugares que Julius Clarence (o personagem principal) frequentou nas páginas do livro.

No primeiro semestre de 1995, dei mais uma tacada no café, tacada essa que me permitiu abandonar de vez a linha de frente dos mercados, trocando os números pelas letras.

De lá para cá, publiquei dezenove livros e escrevi incontáveis crônicas sobre o mercado. Nunca voltei a operar futuros, me contentando em aplicar minhas economias nos mercados de renda variável (principalmente *blue chips*) e Tesouro Direto (Tesouro Selic).

Isso não impede que continue acompanhando todos os mercados futuros, mesmo porque ele é um dos temas de minhas crônicas.

Com relação aos preços atuais do café, acho arriscado entrar agora nesse mercado.

Trata-se de uma *commodity* de consumo elástico, que diminui muito quando o preço sobe.

Por outro lado, o que está ocorrendo agora é chamado, nos Estados Unidos, de *weather market*. Ou seja, se entrar uma frente fria chovendo abundantemente nos cafezais, os preços poderão cair.

Mas é bom acompanhar atentamente o que acontece no mercado de café. Pois ele, volta e meia, proporciona uma oportunidade ímpar de se ganhar dinheiro.

Muito maior do que apostar na Mega-Sena ou em futebol.

Ivan Sant'Anna é escritor e investidor



POR RODOLFO BORGES

Pais e filhos à beira do campo

Pais e filhos à beira do campo

Estará nos filhos de dois dos principais treinadores brasileiros, o atual e o último técnico de fato da seleção, o futuro do comando tático do futebol no Brasil?

Rodolfo Borges · 6 minutos de leitura · 20.09.2024 01:00 · comentários 0



FotoL Reprodução/ Instagram

Minha primeira reação é achar bonito. Pai e filho juntos, à beira do campo, discutindo estratégias para enfrentar o time adversário. E se tornou frequente no Brasil. **Tite** e **Matheus Bachi** no **Flamengo**, **Dorival Jr.** e **Lucas Silvestre** na seleção brasileira, **Ramón Diaz** e **Michel Diaz** no **Corinthians**. Até **Carlo Ancelotti**, treinador do **Real Madrid**, conta com um filho na equipe técnica. Mas a dobradinha familiar é mais complicada do que parece.

Lucas só pode atuar com Dorival na seleção porque o Código de Ética da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) foi alterado, pouco depois de ser criado, em 2016, para permitir que Matheus atuasse com Tite no comando do selecionado brasileiro. Entre as situações que constituem conflito de interesse, previstas no artigo 13, está *"empregar cônjuge, companheiro(a) ou parentes em linha reta ou colateral até terceiro grau de dirigente eleito da respectiva Entidade"*.

Há oito anos, contudo, o código da CBF também diz que *"a situação categorizada como conflito de interesse prevista no inciso V do caput deste artigo não se aplica à convocação ou contratação de parentes para a formação e/ou constituição de equipes de futebol ou para integrar comissões técnicas de clubes ou de seleções, desde que se trate de funções técnicas ou de prática desportiva"*.

Desconfiança

A razão para o auxílio dos filhos é obvia: confiança. E a desconfiança sobre a opção de contratar o próprio sangue também não é difícil de entender: o auxiliar foi escolhido porque é o mais competente para ocupar o posto ou simplesmente porque é o filho de quem tomou a decisão? A dúvida persistirá até que o filho desenvolva um trabalho longe do pai, é o fardo que a cria carrega pela facilidade da ascensão.

"Meu pai lhe dirá: vejam que homem a Rússia está perdendo… Isso é uma bobagem; mas não desiluda o velho", diz o niilista Bazárov em *Pais e Filhos* (Cosac & Naify), de **Ivan Turguêniev**, seguindo:

"Contanto que sirva para as crianças se distraírem… a senhora entende. E trate minha mãe com carinho. Não vai encontrar outras pessoas como eles neste mundo… Sou necessário à Rússia… Não, é óbvio que não sou. Mas quem é necessário? Um sapateiro é necessário, um alfaiate é necessário, um açougueiro é necessário… vende carne… o açougueiro… espere, estou confuso…"

Dispensáveis?

Como dizer que Matheus, Lucas e Michel não são necessários? Pelo menos os dois primeiros fazem parte de comissões vitoriosas, no Corinthians, no Flamengo e no São Paulo. O filho de Tite admite que sonha em seguir os passos do pai. *"Eu acabei tendo um mestre e um professor em casa, isso é uma grande vantagem que eu tenho. Isso me faz almejar, ter o sonho de ter minha própria carreira. Eu até brinco com ele de vez em quando que eu quero virar treinador e ganhar dele. Aí minha mãe fala que não pode"*, disse, rindo, em entrevista à TV Globo há alguns anos.

Quando os dois estavam comandando a seleção brasileira, Matheus chamou mais atenção do que devia, por curtir publicações de rede social com críticas a movimentos de minorias e ao comunismo. O pai se posicionou durante entrevista coletiva por ocasião de uma convocação para a seleção, dirigindo-se a um repórter que questionara o coordenador Juninho Paulista:

"Colocaste e não trouxeste para mim na medida que sou pai do Matheus. Todo preconceito… E me foi perguntado em termos raciais um tempo atrás em relação [a]os técnicos negros. Todo preconceito não deve existir, estamos num processo de igualdade na sociedade, seja de cor, raça ou sexo. Quem pode olhar na sequência aquilo que foi manifestado pela entidade pode ter complemento em cima da pergunta."

Um sonho

O filho de Dorival contou em entrevista ao podcast Tricolaços, no ano passado, que começou a trabalhar com o pai quando tinha 22 anos, quando **Vanderlei Luxemburgo** deixou o **Atlético-MG** levando toda a comissão, há 13 anos. *"Eu tinha esse sonho. Trabalhar com seu pai, poder aprender com seu pai, não tem nada melhor do que isso"*, contou, dizendo que lamentava a distância do próprio filho, que estava com dois anos e meio à época, imposta pelo trabalho.

Nessa mesma entrevista, Lucas prestou solidariedade a Matheus. Disse que também já teve sua competência questionada por trabalhar com o pai. Ironicamente, hoje é ele que ocupa a posição do filho de treinador na seleção brasileira, o que põe em perspectiva a família Scolari que ganhou o pentacampeonato em 2002. Agora os laços são de sangue, pelo menos entre dois membros.

Os filhos de dois dos principais treinadores brasileiros, o último e o atual técnicos da seleção, estão na faixa dos 30 anos em um momento em que a **capacidade dos técnicos brasileiros é questionada**. Depois de **Fernando Diniz** decepcionar com **recordes negativos**, restou apenas **Rogério Ceni** entre os novos aspirantes ao comando da seleção.

Fernando Seabra despontou bem, mas já começou a irritar a torcida do **Cruzeiro**. Todos os outros treinadores de destaque em atuação no Brasil são estrangeiros. Estará nos filhos de dois dos principais técnicos brasileiros, o atual e o último técnico de fato da seleção, o futuro do comando tático do futebol no Brasil?

É sem enxergar perspectiva que me sento ao lado dos irmãos Pável e Nikolai Petróvitch, a velha guarda do clássico de Turguêniev, e repito este lamento esperanço:

"Sabe o que estou lembrando, meu irmão? Certa vez, discuti com a nossa falecida mãezinha: ela gritava, não queria ouvir-me… Por fim, eu lhe disse: a senhora, é natural, não pode me compreender; nós, é claro, pertencemos a duas gerações distintas. Ela se ofendeu terrivelmente e eu pensei: o que fazer? O remédio é amargo, mas ela tem que tomar. Eis que agora chegou a nossa vez e os nossos sucessores podem nos dizer: os senhores, é claro, não pertencem à nossa geração, tratem de tomar o remédio."